

## Lições de viagens, devoção religiosa e sobrevivência nos trópicos: o Brasil no romance juvenil francês oitocentista<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A pesquisa de que resulta este texto só foi possível graças a uma temporada de estudos no *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain* da *École des Hautes Études en Science Sociales*, Paris, onde realizei, no primeiro semestre do ano de 2005, um estágio pós-doutoral. Para tanto, contei com a orientação de Jean Hébrard e obtive bolsa de estudos da CAPES.

Andréa Borges Leão  
(UFC)

### República mundial das letras juvenis

Amelie Weise Schoppe nasceu em Fehmarn, uma ilha ao norte da Alemanha, no dia 09 de outubro de 1791. Com o pai, o Dr. Friedrich, foi iniciada na arte de curar, e, após a morte do “médico da cidade”, em 1798, mudou-se para Hamburg. Lá, instalou-se na casa de um tio acabando por abrir uma escola para meninas, em 1823, com uma educadora chamada Fanny Tarnow. Antes disso, Amelie cumpriu o destino das moças de seu tempo: casou-se com um jurista, teve três filhos e ficou viúva. Seu casamento não lhe trouxe muita felicidade. Após a morte do marido, passou a escrever livros com o objetivo de sustentar a família. Publicou, então, obras com lições de sabedoria e moral a fim de guiar as crianças na vida prática, além de colaborar para muitas revistas e editar jornais de moda na Alemanha e em Paris, dentre os quais se destaca a *Revista Para Jovens Iduna*. Suas obras somam mais de 200 títulos e, além do francês, algumas foram traduzidas para o inglês, o holandês e o tcheco. Em 1851, a escritora emigrou para os Estados Unidos onde faleceu no dia 25 de setembro de 1858<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Sobre os dados biográficos de Amelie Schoppe, consultar Brinker-Gabler (1986). Maria Teresa Cortez (2003) apresenta um estudo sobre a representação do Brasil na novela alemã *Die Auswanderer Nach Brasilien Oder Die Hütte Am Gigitonhonha*, de Amelie Schoppe, no qual oferece indicações sobre o percurso intelectual da autora.

Julie Nicolase Delafaye-Bréhier nasceu na cidade francesa de Nantes, então capital da Bretanha, no dia 15 de março de 1785. Seus pais eram um casal de burgueses comerciantes, Jean Julien Marie Bréhier e Marie Jeanne Pichon. Em 1793, Julie trocou a Bretanha por Saintonge, a região de sua mãe, abandonando o catolicismo e tornando-se protestante. Cresceu educada pelo tio, Auguste, um cura constitucional e poeta a quem a escritora dedi-

cou seu livro *L'Intérieur d'une Famille ou Le Récit du Voyageur*. Com o pai, não menos afetuoso e severo que o tio, Julie definiu-se escritora. No texto da dedicatória - *À la mémoire de mon père* - do livro *Le Robinson français*, publicado logo após a morte de Bréhier, a autora traça o perfil de uma figura austera a qual nunca teve coragem de glorificar em vida. A conduta do pai lhe servira para a composição dos personagens. Em 1812, casou-se com o médico Gratien-Claude Delafaye. Julie cultivou uma longa relação de amizade literária com seu primeiro editor, o livreiro especializado em coleções juvenis Alexis Eymery, dedicando-lhe o livro *Le petit voyageur en Grèce ou lettres du jeune Evariste et de sa famille*. Julie Nicolase, ou Mme. Delafaye-Bréhier, consagrou-se escritora de sucesso de livros juvenis classificados como romance moral, gênero bastante popular. Faleceu em 1850, após concluir sua maior obra - o romance histórico *Histoire de ducs de Bretagne: raconté par un père a ses enfants*, publicado pela casa Lehuby, herdeira dos Eymery, em 1851<sup>3</sup>.

O que há em comum entre as trajetórias individuais dessas duas mulheres de letras? Se partirmos de suas origens sociais, linhagem materna e paterna, e de suas estratégias de aliança no universo letrado, suas inserções na República das Letras, veremos duas figuras femininas típicas do período: familiarmente bem dotadas por capitais escolar e cultural, os quais convertem em educação e escrita. Essas mulheres constituem-se pólo dominado no mundo da produção intelectual. Às vezes, de tão discretos, seus trabalhos são, por longos anos, invisíveis, o que, no entanto, não as impede de cultivar a singularidade do próprio nome, reivindicando publicamente suas autorias. Os exercícios de cópia, o gosto pelas cartas e pelas narrativas dialogadas que orientam os romances epistolares, a prática dos deveres de estilo, o cuidado com os usos das palavras, todas as experiências da intimidade, levam as duas escritoras à entrada num lento percurso de afirmação da individualidade, que tem como consequência imediata o investimento na carreira literária através da escrita de livros para a juventude. Não por acaso as duas caprichavam nos prefácios e dedicatórias que antecederiam os textos de seus livros, segredando detalhes de suas vidas domésticas, desenhando-se como criadoras singulares e, claro, preparando elas mesmas a recepção de seus romances.

<sup>3</sup> Para os dados biográficos de Julie Nicolase Delafaye-Bréhier, consultar D'Amat e Prevost (1982). E os seguintes documentos: *Catalogue Général des Livres Imprimés de la Bibliothèque Nationale (s/d)*; *Catalogue Général de la Librairie Française Pendant 25 ans (1840-1815)*.

Amelie Weise Schoppe e Julie Nicolase Delafaye-Bréhier têm em comum um élan criador e a paixão pela educação moral. Partilham um universo de temas, preocupações e referências comuns que define suas autorias no gênero da literatura de formação pedagógica. Como mulheres de letras cumprem seus papéis no longo processo de interiorização das obrigações sociais através dos dispositivos de imposições e apropriações das práticas de leitura. Afinal, o leitor que aprende a lição, domina a emoção. Amelie e Julie Nicolase ocupam lugar de honra nas experiências que orientam o processo de civilização (Elias, 1994), e, a uma certa altura de suas carreiras, chamam a atenção dos livreiros-editores. Daí a conveniência em publicá-las e a aposta feliz no sucesso comercial de suas obras.

Uma outra disposição bem mais desafiadora revela o traço de união entre as duas: uma rica imaginação literária, misto de sensibilidade e razão, que as conduz ao exotismo tropical. Amelie e Julie Nicolase elegem o Brasil e o sistema de relações coloniais como tema de um de seus romances juvenis. As duas escritoras parecem contar com as mesmas fontes de inspiração e trabalho, que orientam a trama dos enredos e a descrição de personagens índios e negros americanos, viajantes e emigrantes europeus, tão próximos e distantes. Lendo seus livros, chega-se à conclusão de que as duas damas estavam muito bem informadas sobre a história do Brasil e de que seus conhecimentos não eram apenas documentais e livrescos.

De início, suas obras destacam-se pela excelente aceitação obtida daqueles que referendam as leituras na Europa do século XIX: os livreiros-editores e o público leitor. No ano de 1828, é publicado, em Berlim, um romance de Amelie Schoppe intitulado *Os Emigrantes no Brasil ou Cabana de Gigitonhonha. Ilusão, sabedoria e moral para viver*, que conta a história da vinda de uma família de emigrantes alemães para o Brasil. Esse livro conhece uma longa vida na França. Inicialmente é traduzido livremente do alemão por Mlle. R. Du Puget para a *Librairie de L'Association pour la Propagation et la Publication de Bons Livres*, tal era a recomendação de suas lições de sabedoria e moral para viver.

Em 1839, a narrativa alemã dos *Emigrantes no Brasil* inicia sua longa carreira de imitações francesas (adaptações livres do texto original) feitas por Louis Friedel para a Biblioteca da Juven-

tude Cristã dos impressores-livreiros católicos Alfred Mame, de Tours. A obra é devidamente aprovada pelo Arcebispo daquela província. Em 1842, alcança a 3ª edição, em 1853, está na 7ª, e em 1870 comemora uma 9ª edição de puro sucesso pedagógico e comercial. A partir de 1851, é traduzida do alemão também em sucessivas edições por F - C. Gerard, para a livraria-editora Mégard, de Rouen. Na nova casa, compõe a Biblioteca Moral da Juventude e ganha, em 1862, o título de *Robinson Brasileiro*. Suas tiragens variam entre 3.000 a 4.000 exemplares, garantindo sucesso de vendas para os Mégard até 1866. A partir daí, a obra é publicada até o ano de 1918 pela casa editora Eugène Ardant, de Limoge, não mais como tradução, e sim como imitação de F. C. Gerard, indicando a transação de compra e venda entre os livreiros.

O romance *Os Portugueses da América – lembranças históricas da guerra do Brasil em 1635 (contendo um quadro interessante dos costumes e usos das tribos selvagens, e detalhes instrutivos sobre a situação dos colonos nessa parte do Novo Mundo)*, de Julie Nicolase Delafaye-Bréhier, tem sua trama ambientada durante as batalhas da primeira fase da ocupação holandesa em Pernambuco. Obtém aprovação do Arcebispo de Paris no dia 28 de outubro de 1846. Dois meses após, em dezembro, obtém sua inscrição na *Bibliographie de la France – Journal Général de L'imprimerie et de la Librairie*, para ser definitivamente publicado pela casa Lehuby, em 1847. Classificada como uma obra destinada à juventude, mais precisamente como uma “Americana ao uso da juventude”, chega a três tiragens no ano de sua publicação.

A primeira, publicada em um volume in-8 ilustrado com 12 litogravuras em duas cores, preto e branco, pelos artistas Auguste Lemoine, Janet-Lange e Giraud, é vendida aos livreiros a 250 francos (o exemplar custa 6 francos). A segunda, oferece as mesmas ilustrações, mas baixa de preço, custando 175 francos. Já a terceira, vem nas cores ouro, vermelho, azul e violeta, num exemplar de charmosa capa e apresenta nova queda de preço: toda a tiragem custa apenas 100 francos.

Este artigo analisa o modo pelo qual os livros *Os Emigrantes no Brasil ou Cabana de Gigitonhonha* (na versão francesa de P-C Girard), e *Os Portugueses da América* colocam o problema da colonização, da nacionalidade, da instrução religiosa e da aplicação moral. O ponto de vista adotado é o de uma sociologia

histórica das práticas culturais (Chartier, 1990). Associando a categoria de representação do mundo social aos modos de produção, difusão e apropriação dos objetos culturais, essa abordagem privilegia, na análise do trabalho de construção dos significados das obras, o estudo dos processos a partir dos quais os textos conhecem suas publicidades.

Nas histórias imaginadas por Amelie e Julie Nicolase, os povos selvagens adquirem o estatuto de modelos e contra-modelos postos ao uso dos leitores e de seus pais em todas as etapas da educação moral. A popularização de suas obras, com sucessivas reedições e imitações por todo o século XIX, produz gerações de leitores europeus que, na onda da expansão do comércio de livraria para a América Latina, acabam encontrando os leitores de além-mar, como as crianças e os jovens brasileiros. Isto supõe a existência de um universo cultural comum entre as duas comunidades de leitura, com os mesmos modos de recepção das mensagens, os mesmos preconceitos e categorias de percepção do mundo social da América Portuguesa, configurando uma república mundial das letras juvenis.

Em 1858, mais de dez anos após a primeira edição parisiense, *Os Portugueses da América* entram para a biblioteca de obras instrutivas e recreativas do catálogo de venda da Livraria de Baptiste-Louis Garnier e passam a ser adquiridos na loja da Rua do Ouvidor. O romance entra no Brasil como obra importada, jamais obtendo tradução para o português. *Os Emigrantes no Brasil* igualmente não foram traduzidos para o português e muito menos entraram para as coleções de livros importados da livraria francesa.

### Lições de viagens: o romance moral sobre o Brasil

No século XIX, a formalização do Brasil como nação não é recurso exclusivo da historiografia ou das narrativas ficcionais de escritores brasileiros. Antônio Candido (1959) nos chama a atenção para a importância do pensamento crítico do francês Ferdinand Denis, que, pioneiramente, no livro *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), reconhece e confere tratamento literário aos temas nativistas, à natureza e ao índio brasileiro. A consciência de autonomia e independência da literatura brasileira em relação a Portugal formulada

por Denis, que viveu alguns anos no Brasil, acaba por contagiar um grupo de jovens escritores que, entre os anos de 1832 e 1838, morava em Paris. Dentre eles, estava José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre. Em 1836, Magalhães publica um ensaio sobre a história da literatura brasileira na revista do grupo denominada Niterói, no qual traça seu programa de renovação estética fincando os marcos do início francês do romantismo brasileiro.

Ao lado dos homens de letras e de ciências que se formavam em viagens pedagógicas a Paris, os livreiros estrangeiros estabelecidos no Rio de Janeiro são personagens decisivos para a criação do mito nacional. O projeto intelectual que orienta suas partidas para a América Latina e, uma vez firmado o negócio da livraria, as trocas internacionais possibilitadas pela circulação dos textos, a importação e tradução de obras clássicas, sua distribuição em função de categorias específicas - como as idades - para posterior organização em coleções temáticas - como as Bibliotecas Juvenis -, assinalam práticas que vão muito além da pura e simples relação comercial com os clientes ou da imposição de modelos culturais.

A categoria de “brasileiro”, com a correlata invenção das tradições nacionais, não se define apenas pelo trabalho estilístico da escrita. A rede de edição sobre a América e, como parte dela, sobre o Brasil, formada em países como a França e a Alemanha, também contribui para a invenção nacional. Essa produção toma por base tanto registros descritivos, dos quais os livros de viagens e os compêndios de história natural são bons exemplos, como romances destinados ao público juvenil, os quais elegem a vida e a natureza tropical - as florestas com histórias recheadas de heroísmos e barbáries dos índios, a escravidão negra e a vinda dos emigrantes -, como temas e guias para desenvolver o senso moral dos jovens leitores. A prática da venda de livros é também a disseminação de idéias e modelos de escrita.

A voga do exotismo tropical na produção literária para a juventude mostra que a conjuntura que antecede a especialização e industrialização do mercado editorial francês é marcada por um sistema estético produtor de singularidades, com amplo espaço para os países americanos, e para o Brasil em particular, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as apostas do comér-

cio de livraria na expansão internacional. Enquanto a livraria francesa se instala no Brasil, a partir de meados do século XIX, ou mais exatamente, enquanto os livreiros Garnier desenvolvem o livro na Corte do Rio de Janeiro, o Brasil é produzido literariamente na França.

No Rio de Janeiro oitocentista, já podemos vislumbrar um princípio de diferenciação do incipiente público leitor. Haja vista a variedade temática das coleções classificadas nos catálogos, por exemplo, de venda da Livraria de Baptiste-Louis Garnier para os anos de 1857-1858, que vão desde as obras importadas de recreação juvenil, as novelas e romances ilustrados franceses, os livros de artes militares, de história natural e religião, dos dicionários e compêndios escolares em várias línguas, até as obras de legislação, comércio ou economia política. Esses livros, saídos dos prelos franceses e belgas, podiam ser lidos ou tomados de empréstimo nos clubes e gabinetes de leituras de obras estrangeiras. Alguns anos antes, havia um, de propriedade do francês Cremieux, situado na Rua da Alfândega, que tinha como sócio e freqüentador assíduo o jovem José de Alencar. Foi lá que o futuro escritor conheceu os romances “marítimos” de Walter Scott e Cooper, assim como os clássicos de Alexandre Dumas e Balzac, Arlincourt, Frederico Soulié e Eugene Sue (Alencar 1998: 54-55).

Ademais, sabemos, por intermédio de Márcia Abreu (2003: 118-131), que de há muito os cariocas apreciavam as leituras de livros importados. Com a abertura dos portos, levas de estrangeiros, adultos e crianças, passaram a residir no Brasil e, certamente, a se constituir público leitor para os clássicos ingleses, franceses e espanhóis. Alguns jovens conheciam autores como Berquin, Fénelon ou Mme. Leprince de Beaumont. Mesmo com a fiscalização exercida pelo Desembargo do Passo, entre os anos de 1808 e 1826, aponta ainda Abreu (2003: 124), era expressiva a presença de livros juvenis importados no Rio de Janeiro. Exemplo do título *Les escoliers en Vacance*, de Mme. Delafaye-Bréhier, que teve autorizada sua entrada e permanência no Brasil. Destaca-se, no período, a presença das governantas estrangeiras nos espaços europeizados das famílias – as senhoras professoras. Essas damas tinham como função a educação sentimental de crianças e jovens (Leite, 1997). Elas modelavam, assim, de acordo com suas referências culturais e lingüísticas, o gosto de seus discípulos.

Por isso mesmo, Baptiste-Louis Garnier mantém, num de seus catálogos (1857-1858), quase duzentos títulos em francês classificados como lembranças, crônicas, anedotas, geografias, viagens e descrições. Em muitos deles, o Brasil figura como tema. A literatura de viagem atrai a curiosidade pelo pitoresco da aventura, realçando a coragem dos marinheiros diante das intempéries na travessia, narrando histórias de naufrágios e fazendo descrições romanceadas dos modos de vida e crenças de povos desconhecidos, quase sempre os índios americanos. Na França, as bibliotecas de educação moral e formação religiosa passam a incluir títulos que se destacam pelas interpretações das comunidades ditas selvagens (índigenas e africanas) oferecendo uma forma de instrução que não representa perigo para a fé porque fundada nos ritos da conversão, do batismo e do matrimônio.

Além dos romances, as descrições metódicas das cinco partes do mundo, Europa, Ásia, África, América e Oceania, os mapas, tratados de geografia, pequenos fragmentos do universo, estimulam o interesse pela ciência natural, pelas visitas aos museus e o convite aos gabinetes. Mas, aos olhos desembaraçados de uma criança, as serpentes, monstros e festins antropofágicos devem em muito mais aguçar os medos e satisfazer a curiosidade. Nesse momento, o descobridor Cristóvão Colombo entra para o panteão dos heróis da juventude e sua história passa a constar nas biografias de crianças célebres, servindo como modelo cultural. Tanto é que o famoso escritor Julio Verne acaba romanceando sua biografia.

Com relação aos escritos sobre o Novo Mundo, é principalmente sobre a vida do índio brasileiro que recai o novo projeto de aplicação das regras morais. Seus costumes, a alegria emanada dos cantos, danças e festins, as caçadas e lendas apaixonadas sobre suas origens, tornam-se motivos para reflexões sobre os excessos provocados pela barbárie, como a condenável prática da antropofagia, que até os podia excluir dos domínios da civilidade, mas, ao contrário do esperado, os elege como preferidos dos leitores. A Europa testemunha o nascimento de uma paixão romântica e juvenil pelo exotismo tropical.

Esses temas constam nas coleções de livros juvenis da livraria parisiense dos irmãos Garnier e, uma vez firmado o gosto do público francês pela literatura de viagem, são exportados para o Brasil. Para os leitores europeus, representam o conhecimento da

<sup>4</sup> Não se pode desconhecer que o século XIX foi marcado pela leitura como competência universal dos franceses e que a extensão da familiaridade com o objeto escrito, impresso e manuscrito, só tenha sido possível tardiamente aos brasileiros. Mas, estudando os catálogos de venda para a juventude da livraria carioca Garnier, tive a dimensão do leitorado juvenil diretamente educado em francês, que era numeroso o suficiente para justificar a oferta dos quase duzentos títulos de livros importados. A respeito da leitura no século XIX na França, consultei Crubellier (1990) e Hébrard (1990).

diferença, mas para os leitores brasileiros, as descrições funcionam acima de tudo como espelho e memória. Um universo cultural comum liga, por laços de afinidade na leitura, uma elite intelectual e juvenil do Velho e do Novo Mundo<sup>4</sup>. E para os produtores de textos, “a descoberta da América e os fracionamentos da cristandade tornam-se instrumentos de um duplo trabalho de classificação e conhecimento: a relação com o homem selvagem e com a tradição religiosa” (Certeau 2000: 213). É nesse domínio que uma cultura encontra-se com a outra.

O gênero classificado como viagem, ainda que composto de textos heterogêneos entre si, acaba por fazer parte de um outro gênero de perfil mais ficcional - o romance de formação moral. As descrições são apropriadas pelo novo regime literário e passam a intervir como referências e contra-referências nas etapas previstas para a educação. Preferencialmente, o romance moral destina-se aos adolescentes. Seus objetivos são confessos - a aplicação dos princípios cristãos através das ações modelares dos personagens. Define-se como literatura espiritual, divertida e instrutiva. Seus livros visam a produzir uma sensibilidade engajada na crença e antes de serem publicados necessitam passar pelos comitês eclesiásticos de leitura, que funcionam como primeiros censores, anteriores mesmo aos livreiros e aos pais. Esses comitês inauguram um sistema jurídico-religioso de controle dos textos. Os editores Mégard, de Rouen, grandes distribuidores de livros de coleções infantis por toda a França e, através dos Garnier, difusores da literatura francesa para o Brasil, não dispensam o exame prévio das autoridades responsáveis pela educação religiosa. Essa prática assinala uma submissão ao que Jean-Yves Mollier (2000) chama de “lógica da demanda social” - no caso, atendendo aos objetivos da Igreja Católica -, característica do antigo regime da produção editorial.

Se a observação dos sentimentos de homens primitivos, quase próximos aos animais, e o estabelecimento de comparações com os homens civilizados, nutre uma imaginação literária, acaba também por suprir necessidades de ordem pedagógica. Uma viagem para o Brasil mobiliza sentimentos de medo e fascínio, ao mesmo tempo que nutre sonhos de fortuna alimentados pelas notícias das terras férteis e das minas de pedras preciosas. É o que propõe a saga dos *Emigrantes no Brasil*. Amelie Schoppe, sua

autora, tira todos os proveitos das situações de incerteza e perigo, caminhando na tradição pedagógica dos contos de advertência, prevenindo os jovens europeus contra o fascínio e a cegueira da ilusões. Fazer a América era o mesmo que escolher o abandono – a orfandade.

A literatura “novomundista” de aplicação moral compara a escravidão branca, a qual se vêem submetidos os emigrantes no Brasil, com o sistema da escravidão negra, levando os leitores a incorporar, ou a manter bem sólido, o valor moderno da liberdade do indivíduo - principal conquista da Revolução Francesa.

Note-se que o âmbito de circulação do romance moral é o universo cultural juvenil, não contando ainda essa classe de textos com o estabelecimento da Sociologia como ciência explicativa do comportamento. Os modelos e contra-modelos oferecidos pelos índios e negros escravos americanos, a antropofagia, as fugas e insurreições, a constituição de uma estranha República dos Palmares, entre uns, e os maus hábitos da nudez, entre outros, ambos relacionados à heresia, à perda do decoro da civilidade e aos perigos de embrutecimento dos comportamentos, ou, tudo posto ao contrário, as virtudes da vida natural, deveriam levar a mocidade a voltar-se para o seu interior e, partindo da intimidade, compreender os motivos da ação e fortalecer suas relações com a crença.

O bom e o mau selvagem, figuras do pensamento romântico europeu<sup>5</sup>, entram no projeto moral pedagógico na condição de parâmetros de comparação frente às desvantagens e máculas da civilização. Por isso mesmo, o romance moral pode igualmente surtir efeitos contrários, uma vez que as práticas e significações produzidas pela leitura nem sempre correspondem aos anseios e imposições dos autores e livreiros-editores. E, se o novo leitor se identificasse com a vida nas florestas tropicais, livre de bússolas, mapas ou quaisquer constrangimentos morais? Acima de tudo, qual o efeito disso para os leitores brasileiros?

Para colocar a moralidade em ação faz-se necessária, acima de tudo, a pronta adesão das mulheres de letras, como Amelie e Julie Nicolase, aproximando-as dos eclesiásticos. Observa-se um processo de transferência de sacralidade dos padres para as escritoras, nesse momento particular da disputa pela posse do poder legítimo sobre a aplicação da moral, travada entre o conhecimen-

<sup>5</sup>Há uma vasta linhagem do pensamento intelectual europeu sobre o índio americano, e, por conseguinte, sobre os brasileiros. Destaco as fontes clássicas dos séculos XVI e XVIII; Montaigne e Rousseau. Uma fonte de consulta muito importante é o livro pioneiro de Afonso Arinos de Melo Franco (2005).

to científico, que já se esboça, e a tradição da velha Igreja Católica, detentora da legitimidade intelectual. Deste modo, as funções femininas mais se adequam à posição eclesiástica. A posição dos arcebispos que cumpriam a função de revisores de textos. Ora, uma autora deveria se situar no curso do processo de civilização, cabendo-lhe articular da melhor forma possível um discurso sobre as diferenças. A vida dos habitantes dos trópicos - sempre relacionada a um sistema regulador de censuras e proibições - se tornaria mais compreensível, e, até, mais suportável, se posta em uma operação escriturária.

### Lições de sobrevivência nos trópicos: os emigrantes no Brasil

Antes do aparecimento das versões francesas da novela de Amelie Schoppe, a narrativa de viagem pedagógica baseada na imaginação do mundo colonial como mundo naturalizado (selvagem e preguiçoso), que, de acordo com Francis Marcoin (1999), experimenta as delícias da geografia através da errância romanesca, já havia mostrado toda sua força aos jovens leitores europeus. Em 1839, Alexis Eymery escreve e publica uma coleção de livros - de pequeno formato e com muitas páginas - sobre aventuras de viagens a várias partes do mundo, incluindo o continente americano e, ao sul dele, o Brasil - Universo em miniatura ou as viagens do pequeno André sem sair de seu quarto. Utilizando a técnica do diálogo entre pai e filho, mais que adequada ao estilo confessional do romance de formação, esses livros apresentam quadros instrutivos e divertidos para guiar a infância no conhecimento das quatro partes do mundo: África, Ásia, América e Oceania.

A passagem pelo Brasil inicia-se com o elogio ao jovem príncipe, herdeiro da Casa de Bragança. Em seguida, passeia-se pelo enorme bazar no qual se transformara o comércio do Rio de Janeiro realçado pela descrição de ruas estreitas por onde desfilam escravos carregando damas indolentes nas liteiras. Sobressaem as perucas e bijuterias. Mas o Brasil imaginado por André é, antes de tudo, um reino de pedras preciosas, rubis, diamantes e com muitos papagaios, situado entre a floresta da Tijuca e o distrito de *Diamants*. Apreta-se, então, o vale do rio Gigitonhonha (Jequitinhonha), metáfora de mais uma ilha deserta. No romance

de Amelie, o vale é porto de salvação para uma família de Robynsons oitocentistas perdida no Brasil tropical. As margens férteis do rio Gigitonhonha é palco da trama imaginada no livro *Os Emigrantes no Brasil*.

Com uma série de advertências aos jovens europeus sobre as ameaças e os perigos da partida para os países da América do Sul, a narradora tem como objetivo denunciar a experiência das várias famílias de colonos alemães em princípios do século XIX, oferecendo pistas das armadilhas nas quais se viam envolvidas logo no embarque. No porto de Amsterdã, de onde partiam os navios para o Rio de Janeiro, capitães inescrupulosos propunham a assinatura de contratos de compra e venda da força de trabalho dos emigrantes, em troca do pagamento da viagem. Entra em cena o drama da escravidão branca. Nesse romance, a ênfase das viagens recai sobre a aplicação de uma moral religiosa entre cristã e moderna, combinando os desígnios de Deus à preservação dos direitos individuais do cidadão. Por isso mesmo, a narradora ao tirar o máximo de proveito das advertências e conselhos acaba por instaurar uma pedagogia do medo.

Na tradição dos Robynsons que partem em família (Soriano, 1982), Riemann é um fazendeiro viúvo e arruinado pela seca que assola seu país. Um dia, ouve trechos de uma canção que diz : o Brasil não é longe daqui. Toma, então, a decisão de partir da Alemanha em direção ao Brasil, levando seus filhos: Conrad, o mais velho, Anna, Marguerite e Wilhelm. Um deles, entretanto, deveria sacrificar-se pelos outros. Tamanha provação só poderia recair sobre Conrad, o primogênito, que vende-se ao capitão do navio. A travessia é marcada por infortúnios, fome e sede, algumas tempestades, além de doenças como o « mal do mar ».

Ao chegar no Rio de Janeiro, uma cidade de ruas estreitas, cheia de Igrejas e magníficas casas (cenário semelhante ao descrito por Eymery), o proprietário do jovem alemão leva-o ao mercado de escravos negros. A família resta petrificada diante de tantos horrores. No mercado, a liberdade de Conrad é novamente vendida. Desta vez, o comprador é o inspetor do jardim imperial, um homem bastante rico. Conrad desaparece das vistas de seu pai e de seus irmãos.

Enquanto isso, Riemann segue para o Palácio do Governador, a fim de obter os papéis que o tornam proprietário de um

terreno no vale de Gigitonhonha, a maior mina de diamantes do Brasil. Antes da viagem, ouve as advertências de um secretário alemão do Palácio: não comprar jamais diamantes dos negros que trabalham nas minas, são todos roubados e as penas para esse delito são bastante severas. Esses conselhos, fala a narradora, devem servir de regras de conduta, porque as lições de moral próprias ao gênero no qual foi classificada a novela de Amelie devem agir através dos personagens. A essa altura, o pai Riemann já se deu conta de que as promessas feitas aos emigrantes jamais se cumpriam.

Ao chegar em Gigitonhonha, a família de heróis descreve a mesma trajetória de Robinson Crusoe, o personagem de Daniel Defoe. Riemann e seus filhos são europeus civilizados postos diante das aventuras da natureza: alimentam-se de legumes e frutas frescas oferecidas pela terra fértil, e de peixe do rio. Constróem uma cabana, fabricam os utensílios domésticos com a argila do lugar, modelam toscos instrumentos de trabalho necessários ao cultivo da terra e ousam até reunir troncos de árvores para fabricar uma canoa. Afinal, como os leitores poderiam se apropriar dos (des)caminhos postos à família Riemann? Responde a narradora: aprendendo com a experiência e com as situações de necessidade.

Bem adiantada a narrativa, a família conhece Claus, um soldado alemão que servia no exército brasileiro. O novo amigo compra, por uma bagatela, o diamante de um negro a quem protegia. O escravo escondera (na verdade, roubara) a pedra de seus feitos num dia de trabalho nas minas. Claus, então, oferece o diamante a Riemann, que com ele poderia reaver a liberdade do filho. Apresenta-se à família um dilema moral, ao mesmo tempo que jogo educativo para o leitor: como aceitar a oferta de um roubo?

Riemann, então, parte para o Rio de Janeiro. Chegando lá, reencontra o funcionário alemão, M. Albrecht, que conhecera no Palácio do Governo. Após narrar suas heróicas robinsonadas, o emigrante pede ajuda ao amigo a fim de restituir o diamante à Coroa. Não foi difícil. Nessa época, o Brasil possuía uma jovem imperatriz da Áustria que gostava de proteger os alemães. Triunfa o caminho do bem. Comovida com a história da escravidão branca, a Princesa D. Maria Leopoldina, esposa do Imperador D. Pedro I, restitui a liberdade a Conrad. É feita a vontade de Deus e a família Riemann funda uma colônia alemã no Brasil.

## Lições de devoção religiosa: *Os portugueses da América*

Para alimentar a produção do sistema literário do qual tratamos, havia uma vasta bibliografia sobre o Brasil em disponibilidade no mercado do livro europeu, que ia desde as sucessivas edições dos relatos dos viajantes do século XVI - as experiências de Jean de Léry e André Tevet na França Antártica -, passando pelas fontes documentais do século XVIII, como o estudo de Rocha Pitta, até chegar às viagens de exploração e missões dos naturalistas contemporâneos, como Henry Koster, Spix e Martius e Auguste de Saint-Hilaire, à boa acolhida da sociologia dos costumes brasileiros do próprio Ferdinand Denis, ou o célebre compêndio de história pátria *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*, de Alphonse de Beauchamp, publicado, em três tomos no ano de 1815 pela casa de Alexis Eymery.

Em *Os Portugueses da América*, Julie Nicolase Delafaye-Bréhier tece uma história situada em terras do Nordeste brasileiro, na cidade de Olinda, e em tempos coloniais, 1635, período da ocupação holandesa. Os personagens são colonos portugueses, do sangue azul da casa de Bragança, índios tapuias, de feroz origem tupinambá, e negros sublevados na República de Palmares. O texto narra a execução de um plano de vingança - seqüestro seguido de cativo na floresta tropical - imaginado pelos índios contra seus senhores e algozes, os colonos portugueses. Duas damas, Élvire e Hélène, são raptadas pelas suas escravas domésticas, a velha Mocap - mentora do plano -, e a jovem mestiça Yassi-Miri, ama de leite do pequeno Sebastião, filho de Élvire. Arraïp, escravo pessoal de Dom Aleixo, marido de Élvire, também adere ao plano. Aproveitando-se da confusão causada no dia da ocupação da cidade pelos holandeses, Mocap foge com as duas mulheres, Yassi-Miri e Sebastião, tomando o rumo da tribo dos tapuias. Só ela, a velha tupinambá, conhece os desvãos da floresta e seu retorno para sua tribo acompanhada de duas senhoras cativas era prova maior de triunfo e conquista.

Enquanto ocorre o rapto das senhoras brancas, Dom Aleixo segue, com Arraïp, para o forte de Matias de Albuquerque. Depois de travar longos debates teológicos com seu escravo - todas as criaturas não são filhas de um mesmo Deus, então, o que justi-

fica a captura e os maus tratos aos índios?, quer saber Arraïp -, o nobre português torna-se prisioneiro dos negros-cidadãos sublevados da República de Palmares. Testemunha a organização de uma República tropical, com deveres e direitos, mas, horroriza-se ante as bebedeiras nas festas da colheita do milho, que levavam a excessos. A escravidão, para os povos selvagens, brutalmente livres, se bem conduzida e cristianizada, poderia ser uma etapa da civilização, defende a narradora.

A imaginação européia do mundo colonial é naturalizada, e o desafio maior para a trama do romance moral é a cristianização da raça.

Dom Aleixo consegue libertar-se, mas, andando alguns passos, encontra um grupo de índios ferozes, que o fazem refém. Desta vez, o nobre português é presa de um festim canibal. Prestes a ser devorado — chega até a jogar pedras nos executores, segundo o costume narrado pelos viajantes do século XVI<sup>6</sup> — é salvo por um missionário inaciano. Reencontra Arraïp e descobre a traição.

<sup>6</sup>Em várias passagens, encontramos as famosas descrições de Jean de Léry e Andréa Thevet.

Abre-se uma via para a inversão de papéis entre dominantes e dominados — e se os senhores se tornassem escravos e os escravos, senhores?

O pano de fundo da narrativa, a ocupação holandesa da cidade de Olinda serve apenas como cenário para o desenvolvimento da trama. Todos os personagens se encontram na floresta. Durante uma longa jornada pela mata tropical, enfrentando serpentes, monstros e rios, as duas damas vão confrontando seus valores aos dos tapuias, afirmando os preceitos da religião católica, a fé nos sacramentos e a inexorável conversão dos bárbaros americanos. Ignoram seus destinos. Ao fim, correm o risco de serem devoradas. Nesse momento, ameaças e preces não surtem mais o menor efeito, lembram “o vento que sopra em uma planície deserta”. As duas escravas fugitivas regozijam-se com a nova situação, movidas por um forte sentimento - selvagem, civilizado ou cristão? - de vingança, definido pela narradora como “compromisso com a dignidade”, perdida nos maus tratos da escravidão, o que abre uma discussão sobre a fidelidade e o medo da traição à raça.

Desenrola-se novo debate teológico sobre a humanidade dos índios, suas virtudes e vícios, a condenável prática da antropofagia, o ressentimento, tanto dos índios brasileiros em relação aos portugueses, quanto destes em relação aos holandeses, a quem reputavam de povos heréticos. Afinal, Deus não se manifesta em

todas as coisas? Mas seria preciso cristianizar a barbárie, civilizá-la, ainda que a civilidade fosse representada também como corrupção da natureza e frivolidade artificial cortesã, revelando a narrativa, a essa altura, um confronto de inspiração tipicamente rousseauiana. Na composição dos personagens estão as propriedades que definem as figuras do bom e do mau selvagem.

Em Olinda, Héléna levava a vida lasciva dos colonos portugueses. Nascida no Brasil, filha de um senhor de engenho arruinado, Dom Álvaro Rodriguez, é inclemente no castigo aos escravos. Já Élvire, nascida em Portugal, é modelo de boa cristã. Aos selvagens que a seqüestraram, aplica a virtude do perdão. Para embaralhar um pouco esse jogo colonial e colocar o problema da mestiçagem, a autora faz os personagens indígenas descenderem de uma pequena tribo que fora governada pelo português Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Eles também demonstram, a seus modos, alguma polidez e desvelo para com o sofrimento das cativas. Essas senhoras jamais se habituaram aos rigores do trabalho.

Entremeando ficção e episódios da história, Mme. Delafaye-Bréhier não demonstra medo de se ferir ou perder nessa estrada. As florestas, animais, jibóias, festins, caçadas e a poligamia selvagem, bizarros costumes dos índios brasileiros, são realisticamente narrados aos jovens europeus.

No cativo das duas damas portuguesas, feitas escravas de suas escravas tapuias, colocam-se dois graves problemas de ordem moral e religiosa. O primeiro diz respeito à educação do pequeno Sebastião, que deveria, pelos novos costumes, furar seu lábio inferior e orná-lo com uma pedra azul. Aos olhos de sua mãe, isto parece uma mutilação. O chefe tapuia, verdadeiro sultão selvagem, apaixonou-se pela portuguesa Héléna, desejando-a para sua sétima esposa. Como poderia uma cristã casar-se com um homem já por seis vezes casado? Na ocasião em que Héléna sai para buscar água no rio, as outras esposas do chefe, descontentes com a iminência da perda de posição para uma estrangeira, raptam-na, torturam-na, arrastando-a pelos cabelos, para finalmente amarrá-la ao tronco de uma árvore perto da qual passa um rio habitado por serpentes venenosas. Héléna desaparece, e o chefe, colérico, expulsa Mocap e sua derradeira cativa, Élvire, da tribo. Os personagens seguem mais uma rota de aventuras pelo deserto, desta vez, de volta à cidade de Olinda. Mocap morre de sede du-

rante a travessia, não sem antes ser batizada por Élvire, que junto com Yassi-Miri e o pequeno Sebastião, acaba sendo encontrada por Dom Aleixo. Anos após, Hélène também é reencontrada, vivendo no deserto com uma família holandesa, demente. O cristianismo triunfa sobre os vícios e poucas virtudes da vida selvagem. A escravidão, de acordo com a moral da história, é, de fato, etapa necessária para o longo e tumultuado processo de civilização e da conversão ao cristianismo.

Na composição de seu romance moral, Mme. Delafaye-Bréhier se baseia claramente nos clássicos relatos de viagens do século XVI – nos textos de Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, e de André Thevet, *As singularidades da França Antártica*. Não consta que ela mesma tivesse feito viagem ao Brasil. Se, como diz Michel de Certeau (2000), os itinerários dos viajantes são previamente esboçados nas operações da escrita, mesmo em configurações históricas diferenciadas, Mme. Bréhier, Jean de Léry e André Thevet acabam compondo um mesmo texto. Porque os três tomam posse de um mesmo objeto literário, a descrição do índio brasileiro.

A história dos Portugueses da América conduz seus leitores ao questionamento dos papéis sociais, que, mesmo na rigidez emanada pela ordem das coisas do século XIX, não estão para sempre fixados. A história colonial também pode ser escrita ao contrário. As regras de dependência e assimilação dos colonizados em relação aos colonizadores podem ser deslocadas. A narrativa do cativo tapuia de senhores portugueses acaba por tecer um sistema de contradições que culmina com uma desmontagem do mundo de certezas da colônia portuguesa no Brasil, ainda que essa desmontagem esteja limitada pelo final triunfante do cristianismo. Afinal, a literatura de Julie Nicolase Delafaye-Bréhier não poderia contradizê-la.

O mais sedutor é que toda essa história foi composta muitos anos antes de José de Alencar imaginar *O Guarani*, com o heroísmo do índio brasileiro e toda nossa mitologia de fundação. Sendo assim, só nos resta imaginar o escritor cearense saindo da Livraria Garnier, ou antes do gabinete de leitura do francês Cremieux, com *Os Portugueses da América* nas mãos.

## Considerações finais

O modo como se organizava a escrita sobre o Brasil na França oitocentista deixa evidente uma rede de relações de interdependência funcional entre as mulheres de letras, seus tradutores e os livreiros-editores responsáveis pela classificação e organização dos livros nas coleções juvenis. A novidade pedagógica representada pelo Brasil como tema do romance moral unia-se ao empreendimento comercial da difusão internacional dos livros franceses.

Nesse sentido, o empreendimento comercial dos irmãos Garnier na América Latina desempenhou papel decisivo. Com a livraria francesa no Brasil intensificava-se o movimento das trocas culturais entre o Velho e o Novo Mundo. Enquanto Baptiste-Louis Garnier instalava-se na corte do Rio de Janeiro, em 1844, o Brasil era produzido literariamente na França. Os livros analisados demonstram verdadeiro sistema produtor de singularidades que, seguindo a tradição das narrativas de viagem do séc. XVI, alimentava um grosso filão do mercado editorial europeu — as bibliotecas cristãs e morais da juventude —, ao mesmo tempo em que dava os rumos da invenção literária do Brasil.

## Referências

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), São Paulo: Fapesp, 2003.

ALENCAR, José de. *Como e Por Que Sou Romancista: autobiografia literária em forma de carta*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

BRINKER-GABLER, Gisela (org). *Lexikon deutsch-sprachiger Schriftstellerinne 1800-1945*. Dtv – München, 1986.  
*Catalogues de la Librairie de B. L. Garnier*, Rio de Janeiro, 1857, 1858, 1920. Bibliothèque Nationale de France.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) - 2º volume (1836 – 1880)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.  
Catalogue Général des Livres Imprimés de la Bibliothèque Nationale.  
*Catalogue Général de la Librairie Française Pendant 25 ans (1840 – 1865)*.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *Por uma Sociologia Histórica das Práticas Culturais*. In: *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro : Editora Difel, 1990.

CORTEZ, Maria Teresa. *Entre o Bem e o Mal – A representação do Brasil na novela Die Auswanderer Nach Brasilien Oder Die Hütte Am Gigitonhonha de Amalie Shoppe*. Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos. Braga: 2003.

CRUBELLIER, Maurice. *L'élargissement du public*. In: *Histoire de l'édition française – Le temps des éditeurs – Du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard, 1990.

D'AMAT, Roman, e PREVOST, M.. *Biographie Française – Tomo Quinzième*. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1982.

DELAFAÏE-BRÉHIER, Julie. *Les Portugais D'Amérique – Souvenirs historiques de la guerre du Brésil en 1635*. Paris: Lehubey, 1847.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

HÉBRARD, Jean. *Les nouveaux lecteurs*. In: *Histoire de l'édition française – Le temps des éditeurs – Du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard, 1990.

EYMERY, Alexis. *L'univers en miniature, ou les voyages du petit André sans sortir de sa Chambre – Amérique*. Paris: Désirée Eymery, Editeur, 1839.

LEITE, Mirian Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte? São Paulo: Editora Itatiaia Limitada / Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MARCOIN, Francis. *La Comtesse de Segur ou le bonheur immobile*. ARTAS: Artois Presse Université, 1999.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. *L'Indien brésilien et la Révolution française. Les origines brésiliennes de la théorie de la bonté naturelle*. La Table Ronde, 2000.

MOLLIER, Jean-Yves. *La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIIIe au XXe siècle*. In : *Les mutations du livre et de l'éditions dans de monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Actes du Colloque International. Sherbrooke, 2000. Sous la direction de Jacques Michon et Jean-Yves Mollier.

SORIANO, Marc. *Guide de la littérature pour la jeunesse : courants, problèmes, choix d'auteurs*. Paris : Flammarion, 1982.

SCHOPPE, Amelie. *Les Émigrants au Brésil (par P. C. Gerard)*. Limoges: Eugène Ardant Éditeur. s/d.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América*. Companhia Editora Nacional, 1944.